

Águas e Energia do Porto, E.M.  
NIF: 507718666  
Rua Barão de Nova Sintra, 285  
Apartado 3504 | 4300-367 Porto  
Tel. +351 22 519 08 00  
Fax: +351 22 519 05 50  
geral@aguasdoporto.pt  
www.aguasdoporto.pt



# Caderno de Encargos



**Aquisição de Serviços de:**

**Design Gráfico e Paginação dos Documentos de Reporte a Divulgar em 2025**

**CONCURSO PÚBLICO N.º 1482CP25**

## DISPOSIÇÕES GERAIS

### Cláusula 1.<sup>a</sup> **Contrato**

- 1 - O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O Contrato a celebrar integra ainda os elementos referidos no artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado CCP).

### Cláusula 2.<sup>a</sup> **Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas Cláusulas Contratuais, da celebração do Contrato decorrem as seguintes obrigações principais:

- a) Executar o objeto do Contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- b) Efetuar a prestação de serviços identificada na sua proposta à entidade adjudicante, conforme as Cláusulas e Especificação Técnicas do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo previsto nas peças do procedimento;
- c) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato;
- d) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos do presente Caderno de Encargos;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- g) Disponibilizar a informação relevante para a gestão do Contrato;
- h) Cumprir as regras de segurança e restantes obrigações laborais nos termos da legislação em vigor;
- i) Guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato e, em particular, de todo e qualquer



dado de natureza pessoal dos clientes da entidade adjudicante, a que tenha acesso no âmbito da execução do contrato, assinando declaração sob compromisso de honra para esse efeito;

j) Responder por qualquer erro, deficiência ou omissão na prestação de serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer momento em que seja detetado;

k) Incurrir em todos os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da prestação de serviços, de materiais, hardware, software ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial, direitos de autor ou conexos;

l) Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução da prestação de serviços;

m) Identificar um interlocutor para articulação com o Gestor do Contrato da entidade adjudicante.

n) Não fazer uso de meios publicitários relativos ao contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante.

o) Afetar os recursos humanos, materiais, informáticos e tecnológicos que garantam efetivamente e a todo o tempo o cumprimento integral dos serviços e níveis de serviços descritos nas Disposições Particulares e/ou Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

o.i) Os recursos humanos a afetar à prestação de serviços estão no âmbito de organização e sob autoridade do adjudicatário não existindo qualquer vínculo laboral com a entidade adjudicante.

o.ii) O adjudicatário obriga-se a afetar os recursos humanos com idoneidade moral, aptidão física, psicológica e emocional, que reúna as condições de natureza técnico-profissional adequadas à boa execução da prestação de serviço e assegurar que tem a formação profissional exigida.

o.iii) A entidade adjudicante poderá solicitar a qualquer momento a substituição de pessoal envolvido na prestação de serviços.

p) Garantir o cumprimento das normas de Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança Alimentar e Ambiente, nos termos da legislação e/ou regulamentação interna, se aplicável.



#### Cláusula 4.<sup>a</sup> **Transferência da propriedade**

1 - Com a conclusão, parcial e/ou total da prestação de serviços, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato, para a entidade adjudicante, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup> **Conformidade e garantia técnica**

O adjudicatário fica sujeito a prestar as obrigações de garantia, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em fase de execução de Contrato, às exigências legais, obrigações de fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos Contratos de prestação de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup> **Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a determinar em função da gravidade do incumprimento, sendo esta em caso de incumprimento dos prazos de execução dos serviços contratados calculada em **1% (um por cento)** do preço contratual por cada semana de atraso.

2 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos com sanções pecuniárias devidas, desde que tenha procedido previamente à notificação do adjudicatário, assegurando o contraditório.

3 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos excedentes.

4 - O eventual incumprimento das demais obrigações contratuais por parte do adjudicatário confere à entidade adjudicante a faculdade de rescindir de imediato o Contrato, nos termos da Cláusula que estabelece os termos da resolução por parte do contraente público, com o consequente acionamento das garantias nele prestadas.

5 - As Penalidades previstas pela presente Cláusula podem ser, no todo ou em parte, substituídas pelas previstas nas Disposições Particulares e/ou Cláusulas Técnicas.



### Cláusula 7.<sup>a</sup> **Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) No caso de existirem subcontratados do adjudicatário, aquelas circunstâncias, compreendidas na parte em que intervenham, para as quais não se verifiquem os requisitos do número anterior;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao



impedimento resultante da força maior. A força maior determina a modificação ao contrato, nomeadamente no que à prorrogação do prazo concerne, pelo período correspondente ao impedimento de força maior, conforme a Cláusula 90.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos e da alínea a) do artigo 312.º do CCP.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup> **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do Contrato**

- 1 - No prazo de 15 dias úteis, do mês seguinte à realização dos serviços referentes a cada fase de execução do Contrato, ou em prazo diferente estipulado nas Disposições Particulares ou e/ou Cláusulas Técnicas, a entidade adjudicante procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e do disposto no Contrato.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup> **Modificações objetivas ao Contrato**

- 1 - O contrato pode ser modificado por:
  - a) Acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral, exceto nos casos em que a modificação interfira com o resultado do exercício da margem de livre decisão administrativa subjacente ao mesmo ou implique a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa;
  - c) Ato administrativo do contraente público, nos casos previstos na alínea c) do artigo seguinte.
- 2 - A modificação do contrato pode ter como fundamento:
  - a) Cláusulas contratuais que indiquem de forma clara, precisa e inequívoca o âmbito e a natureza das eventuais modificações, bem como as condições em que podem ser aplicadas;
  - b) A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
  - c) Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.



3 - Em casos excecionais e devidamente justificados, pode a entidade adjudicante modificar o contrato a pedido do adjudicatário, nomeadamente prorrogando o prazo de execução do contrato, desde que os motivos não sejam imputáveis à contraparte.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup> **Seguros**

1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura de todos os riscos inerentes às obrigações contratadas, incluindo aqueles que importem responsabilidade civil extracontratual, bem como seguro de acidentes de trabalho.

2 - A entidade adjudicante pode exigir prova documental da celebração de contratos de seguro que cubram os riscos no número anterior, desde que, por lei, esses contratos sejam exigíveis.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup> **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 - A subcontratação por parte do adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 319.º do CCP.

2 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos números 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

3 - A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- a) Quando a escolha da entidade adjudicante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP;
- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

4 - A entidade adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

5 - Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.





6 – O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.

7 – A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

8 – O incumprimento do previsto no número 5, é considerado uma violação grave do contrato, podendo a entidade adjudicante aplicar ao adjudicatário, uma sanção contratual, no valor de até €5.000,00 (cinco mil euros), com limite de 10% (dez por cento) do valor contratual, por cada violação verificada.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup> **Liberação da caução**

Não aplicável.

#### Cláusula 13.<sup>a</sup> **Faturação e Pagamento**

1 - A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos do presente Caderno de Encargos, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção por aquela das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação objeto do contrato.

2 - A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos do presente Caderno de Encargos, pode(m) ser excecionalmente paga(s) no prazo 30 dias ou a pronto pagamento, após a receção por aquela das respetivas faturas, se pelo adjudicatário for proposto desconto.

3 - Para os efeitos do disposto nos números anteriores, a obrigação considera-se vencida faseadamente, devendo a fatura referenciar o código do presente procedimento e o número da nota de encomenda, sob pena de devolução:

- 30% com a reunião de kick-off;
- 10% com a aprovação do conceito e criatividade do Compromisso Ético 2030 e dos relatórios de reporte;
- 20% com a entrega e validação da versão final do Relatório&Contas de 2024;
- 20% com a entrega e validação da versão final do Relatório de Sustentabilidade 2024;
- 20% com a entrega e validação da versão final IGP 2026-30;
- A bolsa de horas será faturada mensalmente de acordo com o report de horas utilizadas e validadas pelo gestor do contrato.

4 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos,





ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5 - A falta de pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante, não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.

6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.

7 - No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

8 - Apenas serão admitidos os adiantamentos de preço nos termos contantes do artigo 292.º do CCP.

9 - Nos termos do número 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

#### Cláusula 14.ª **Gestor de contrato**

1 - O acompanhamento da execução do contrato pela entidade adjudicante é assegurado através do Gestor do Contrato a designar para o efeito, o qual exercerá as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP e, bem assim, todas as que para esse efeito lhe forem delegadas, desde que notificadas à contraparte, para conhecimento desta.

2 - Para o efeito previsto no número anterior, o Gestor do Contrato é o interlocutor privilegiado da entidade adjudicante em todas as comunicações que devam ser trocadas entre as partes no quadro da execução do contrato.

3 - A entidade adjudicante pode, a seu critério e a todo o tempo, proceder à substituição do Gestor do Contrato.

4 - No caso previsto no número anterior, as competências eventualmente delegadas pela entidade adjudicante no Gestor do contrato, consideram-se automaticamente reconduzidas no substituto.



5 - Sob critério da entidade adjudicante o Gestor do Contrato pode, em fase da respetiva execução ser constituído em equipa, desde que seja definido o interlocutor principal junto do adjudicatário e que se observem as formalidades previstas no número 3 anterior, com as necessárias adaptações.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup> **Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave e reiterada as suas obrigações contratuais.
- 2 – Em substituição da resolução sancionatória prevista no número anterior, a entidade adjudicante reserva-se na prerrogativa de exigir a cedência da posição contratual do adjudicatário, nos termos previstos no artigo 318.º-A do CCP.
- 3 – Quando aplicável, a resolução contratual exerce-se por declaração fundamentada enviada ao adjudicatário.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup> **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup> **Anexos**

A descrição da prestação em apreço consta do Anexo deste Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.



## CLÁUSULAS PARTICULARES

### Cláusula 18.<sup>a</sup> **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Design Gráfico e Paginação dos Documentos de Reporte a Divulgar em 2025**, de acordo com as especificações técnicas.

### Cláusula 19.<sup>a</sup> **Preço base**

O preço base do presente procedimento, em conformidade com o artigo 47.º do CCP, é de **56.300,00€ (cinquenta e seis mil e trezentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### Cláusula 20.<sup>a</sup> **Prazo**

O Contrato será válido pelo prazo de **365 dias**, contabilizados a partir da realização da reunião de *kick off*.

### Cláusula 21.<sup>a</sup> **Obrigações particulares do adjudicatário**

Não aplicável.

### Cláusula 23.<sup>a</sup> **Penalidades particulares**

1 - Pelo incumprimento das obrigações decorrentes da execução do contrato a celebrar, a entidade adjudicante poderá exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual.

2 - Em função da gravidade do incumprimento da obrigação anterior, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b), do número 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número 3 desta mesma disposição legal.



## ANEXO – CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 24.<sup>a</sup> Especificações da Prestação

- 1 - A conceção gráfica, identidade visual e storytelling dos relatórios de reporte terá de remeter para as atividades principais da empresa (água e energia), em conformidade com a marca Porto.
- 2 - De forma a garantir a uniformidade destes documentos e a reforçar a sua complementaridade, pretende-se que exista um conceito gráfico de base comum, adaptado em função dos objetivos específicos de cada relatório.
- 3 - A lógica de paginação desses documentos deverá obedecer a uma estrutura navegável, simples e funcional, com o intuito de proporcionar uma experiência de leitura agradável e coerente, permitindo tornar mais fácil e acessível a localização das informações veiculadas.
- 4 - Deverá ser contemplada uma estratégia de comunicação destinada a assegurar uma divulgação efetiva e diferenciada junto das diversas partes interessadas.
- 5 - No que diz respeito à revisão de texto, o serviço a contratar visa a análise integral dos textos em busca de erros, sejam estes gramaticais ou ortográficos, a par da avaliação da coerência dos conteúdos, tendo em vista o aperfeiçoamento da clareza e coesão linguísticas. Como tal, este serviço deverá ser prestado por um revisor de texto devidamente habilitado para o efeito.
- 6 - Os relatórios terão preferencialmente um formato digital, horizontal, navegável e interativo.
- 7 - As especificidades gráficas de tipografia e editoriais serão, posteriormente, detalhadas e articuladas com a entidade adjudicatária nas etapas de planeamento da estratégia, do conceito e da criatividade. A tabela seguinte resume o número de páginas estimado para os documentos necessários:



Documento	N.º de páginas estimado
Código de Ética e Conduta	50
Relatório e Contas 2024	120
Relatório e Contas 2024 – Anexo financeiro	40
Relatório de Sustentabilidade 2024	100
Relatório de Sustentabilidade 2024 – Tabela GRI	40
Resumo do Relatório de Sustentabilidade PT	25
Resumo do Relatório de Sustentabilidade EN	25
Portefólio de Projetos de Sustentabilidade 2020-2024	15
Relatório de Execução dos Instrumentos de Gestão Previsional do 1.º Semestre de 2025 (REIGP)	75
Instrumentos de Gestão Previsional 2026-2030	110
Revisão de texto de todos os documentos	600

8 - De forma a assegurar a divulgação do Relatório e Contas e do Relatório de Sustentabilidade junto de todos os grupos de stakeholders, a prestação de serviços contempla a criação de suportes visuais e multimédia. No caso do Relatório de Sustentabilidade, deverá ser produzido um vídeo bilingue (português e inglês) de apresentação dos principais resultados, ficando reservada para o Relatório e Contas a criação de imagens, em formato carrossel, que evidenciem os grandes números, as principais iniciativas e os prémios arrecadados.

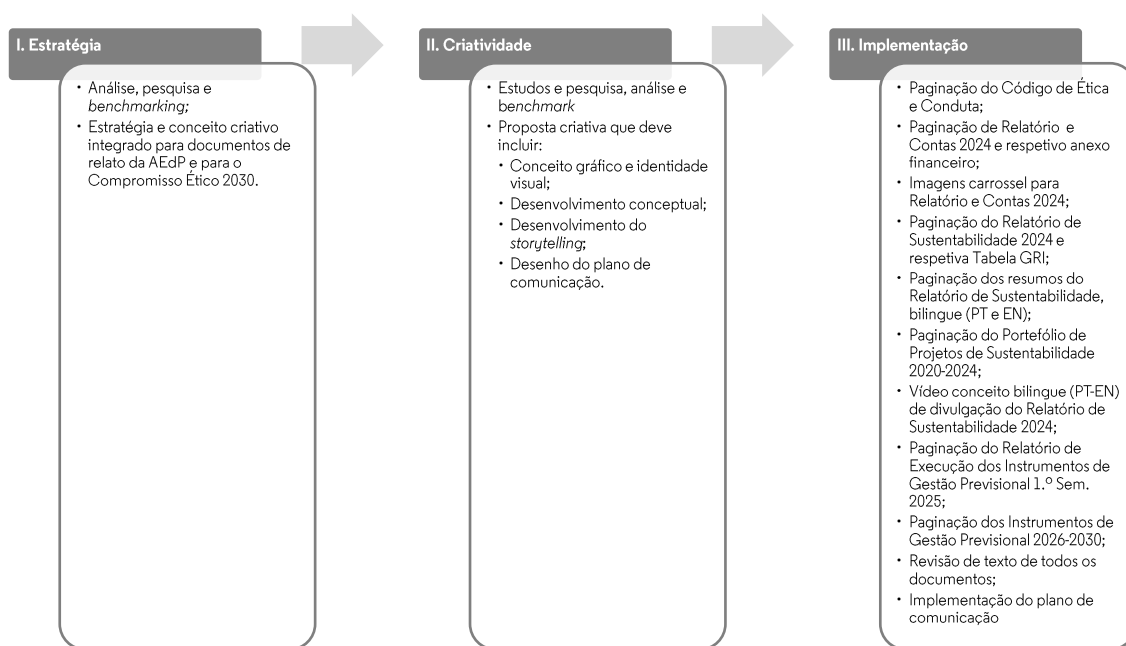
9 - O Compromisso Ético 2030, incluindo o Código de Ética e Conduta que o mesmo abarca, terá de adotar uma abordagem gráfica e de storytelling distinta dos documentos de reporte, uma vez que a sua natureza é fundamentalmente diferente. A narrativa será centrada nas ações humanas, dilemas éticos e impacto das ações da empresa nas partes interessadas. Esta abordagem viabilizará que o Código de Ética e Conduta não seja apenas um documento informativo, mas sim um manual que promove a confiança, transparência e boas práticas.

10 - Adicionalmente, torna-se necessário produzir um ficheiro editável, para futuras revisões e atualizações, e que permita a impressão em formato papel.

#### Cláusula 25.<sup>a</sup> **Etapas**

A aquisição de serviços de desenvolvimento do conceito criativo, storytelling, design gráfico, paginação e revisão dos documentos de reporte da AEdP de 2025 e do Compromisso Ético 2030 encontra-se estruturada em três fases, divididas em várias tarefas, tal como representado na figura seguinte:





### Cláusula 26.<sup>a</sup> Cronograma

1 - A presente aquisição de serviços deverá ser executada no prazo de 365 dias, contabilizados a partir da realização da reunião de *kick off*.

2 – Deverá ser respeitado o seguinte cronograma:

Fases	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Apresentação do conceito gráfico do Compromisso Ético 2030, incluindo o Código de Ética e Conduta												
Apresentação do conceito gráfico dos documentos de reporte												
Entrega da versão final do Código de Ética e Conduta												



Entrega da versão final do Relatório&Contas 2024												
Elaboração do Portefólio de Projetos de Sustentabilidade 2020-2024												
Entrega da versão final do Relatório de Sustentabilidade 2024												
Entrega dos resumos do Relatório de Sustentabilidade 2024												
Vídeo conceito do Relatório de Sustentabilidade 2024												
Entrega da versão final do REIGP 1º semestre 2025												
Entrega da versão final dos IGP 2026-2030												
Bolsa de horas para refinamentos												





### Cláusula 27.<sup>a</sup> **Equipa Técnica**

A equipa técnica deverá ser constituída por profissionais com experiência no objeto desta prestação de serviços. No mínimo, a equipa deve integrar:

- Gestor de projeto;
- Consultor de comunicação;
- Designer;
- Revisor de texto;
- Videógrafo (especialização em *motion graphics*).

### Cláusula 28.<sup>a</sup> **Condições da Aquisição de Serviços**

A presente prestação de serviços deverá ser executada de acordo com as seguintes condições:

- Os objetivos indicados para a prestação de serviços serão concretizados pelo prestador de modo autónomo e independente, cabendo-lhe organizar os horários, métodos e processos de trabalho, assim como proceder à organização dos diversos meios administrativos de que careça;
- O adjudicatário fornecerá a mão-de-obra qualificada necessária para a realização das atividades especificadas, em boas condições técnicas e de segurança, assegurando que os seus colaboradores (ou prestadores de serviços) assumam, sempre e em todas as circunstâncias, uma postura correta junto dos clientes da AEdP;
- São da responsabilidade do prestador e seu encargo, os meios necessários para a execução dos serviços, nomeadamente meios de transporte e equipamentos adequados ao desempenho das tarefas;
- São da exclusiva responsabilidade do prestador, os riscos emergentes da realização dos serviços prestados, bem como a sua cobertura através de seguro adequado;
- Em todas as comunicações que mantenham com a AEdP, os intervenientes identificados pelo prestador dirigir-se-ão ao(s) interlocutor(es) que a empresa designar;
- Deve o prestador transmitir à AEdP todas as informações relevantes respeitantes à execução dos objetivos indicados nas alíneas anteriores, devendo, para o efeito, comparecer e participar em reuniões periódicas, a definir por ambas as partes;
- A AEdP reserva-se o direito de recusar a participação de elementos ou equipas que não reúnam as condições a seguir indicadas, ou outras que venham a ser consideradas indispensáveis à realização do projeto:



- Conhecerem e estarem aptos a executar os trabalhos;
- Utilização zelosa da informação disponibilizada pela AEdP;
- Identificarem-se devidamente, explicando o propósito do estudo;
- Manter uma postura dignificante, conhecer e praticar as regras elementares da boa educação;
- Deter elevada capacidade de relacionamento para que, perante situações mais delicadas, a sua postura nunca se altere.

O Prestador deverá cumprir o estabelecido no Mapa de Quantidades infra:

Item	Característica	Qtd.	Un	Preço Unitário	Preço Global
1	Prestação de Serviços de Design Gráfico e Paginação dos Documentos de Reporte a Divulgar em 2025	1	vg		
2	Bolsa de horas	80	h		
Total:					

